



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08064666720198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA ANTONIA NASCIMENTO CONCEICAO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)**.

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	22/03/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	4.725,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARIA ANTONIA NASCIMENTO CONCEICAO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03027

CONTA: 000000022696-0

Nr. da Autenticação 688C1AA63C861843

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

DADOS DO SINISTRO				
Número: 3180113532	Cidade: Boa Vista	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: MARIA ANTONIA NASCIMENTO CONCEICAO	Data do acidente: 16/11/2017	Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A		
PARECER				
Diagnóstico:	FRATURA DO TORNOZELO DIREITO			
Descrição do exame médico pericial:	EDEMA EM TORNOZELO E EM PÉ DIREITO, LIMITAÇÃO DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO E INSTABILIDADE PARA SUSTENTAÇÃO DO CORPO SOBRE O MEMBRO			
Resultados terapêuticos:	VITIMA SOFREU FRATURA DO TORNOZELO DIREITO, FOI SUBMETIDA A TRATAMENTO CLÍNICO CM USO DE IMOBILIZAÇÃO GESSADA, POSTERIORMENTE FOI REALIZADO TRATAMENTO CIRÚRGICO COM COLOCAÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS, TRATAMENTO COMPLEMENTADO COM FISIOTERAPIA. ESTÁ DE ALTA.			
Sequelas permanentes:	RESTRIÇÃO DOS MOVIMENTOS E INSTABILIDADE PARA SUSTENTAÇÃO DO CORPO SOBRE O MEMBRO INFERIOR DIREITO			
Sequelas:	Com sequela			
Data da perícia:	19/03/2018			
Conduta mantida:				
Observações:	DE ACORDO COM ANÁLISE DO MÉDICO EXAMINADOR A LESÃO PROVOCADA PELO TRAUMA IMPACTOU COM LIMITAÇÃO EM GRAU MODERADO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO			
Médico examinador:	REGINA CLAUDIA REBOUCAS MENDES ALHO			
CRM do médico:	1032			
UF do CRM do médico:	RR			
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00

Trecho do laudo produzido nos autos:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão Tornozelo D Intensa	<input checked="" type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> dual	25% <input type="checkbox"/> I	50% <input type="checkbox"/> N	75% <input type="checkbox"/> ia
2ª Lesão Intensa	10% <input type="checkbox"/> dual	25% <input type="checkbox"/> I	50% <input type="checkbox"/> N	75% <input type="checkbox"/> ia
3ª Lesão				

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
BOA VISTA, 3 de julho de 2019

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR